

jornal da tarde

Publicado pela S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coetaneu Álvares, 55, tel.: 854-2122 (PABX).

25 JUL 1988
25 JUL 1988



JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Director Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Assim como a saúde está para a doença

Uma das características mais marcantes do governo Sarney é a incapacidade — raramente desmentida — de vencer a distância entre as intenções proclamadas e a sua transformação em realidades concretas.

Veja-se, por exemplo, a diferença gritante entre a convincente teoria e a prática até aqui decepcionante da oficialmente inaugurada Nova Política Industrial ou — outro exemplo — a insistência da Secretaria Especial de Informática em desmentir o presidente que vive proclamando que são os países industrializados que não querem partilhar a moderna tecnologia com o Brasil.

Ainda agora estamos diante de dois casos típicos: o da Rhodia, que há quase um ano espera autorização para instalar no País uma fábrica de fenol e acetona, e o da Tempo, uma empresa constituída pelos funcionários da Olivetti para atuar na área de informática.

Vejam os que dizia às brasileiras e brasileiros, em maio deste ano, o presidente José Sarney — ao inaugurar a Nova Política Industrial — a respeito da redefinição das funções do Conselho de Desenvolvimento Industrial: "O CDI deixa de ser o purgatório burocrático das empresas desejosas de realizar a fim de transformar-se em órgão de definição de prioridades, diretrizes e critérios para a administração dos incentivos que permaneceram". Algo parecido foi prometido para conter a ação da SEI quando ainda persistia aquele contencioso entre o Brasil e os Estados Unidos por causa da lei de informática.

Diante do discurso e da promessa, as brasileiras e brasileiros que ainda não foram contaminados pela burrice nacional-soberanista encheram-se de júbilo. E os empresários que colocam os interesses do Brasil antes dos seus próprios ficaram extremamente satisfeitos com a decisão histórica — ou que seria histórica se fosse para valer — do presidente Sarney de acabar com cartórios, privilégios de qualquer espécie e com a ditadura da SEI. Um dos primeiros a registrar a importância da mudança na política industrial foi justamente o presidente da Rhodia, Edson Vaz Musa, que via então a oportunidade de concretizar um projeto que sua empresa vinha estudando há meses: a criação de pólos de excelência, em conjunto com a universidade, dedicados à pesquisa para o desenvolvimento tecnológico.

Os planos da Rhodia nessa área incluíam a contratação de cientistas no Exterior: "Precisamos queimar etapas e isso só será possível com a importação de cientistas que estejam vinculados a centros de pesquisas de países desenvolvidos" — afirmou Musa na ocasião.

Sonho de uma tarde planaltina.

Terminados os discursos, feitas as promessas, nada mais aconteceu. O CDI continua tão poderoso e burocratizado como sempre foi e a SEI continua a agir totalitariamente, sem a menor preocupação de respeitar a lei.

A desmoralização do governo Sarney acentuou-se e a Rhone Poulenc, controladora da Rhodia brasileira, ameaça transferir para os Estados Unidos seu projeto de 150 milhões de dólares para a instalação de uma fábrica de fenol e acetona.

Atrás da atitude irritante do CDI, que mantém o projeto engavetado há dez meses, está um projeto semelhante da Copene, que faz parte do feudo petroquímico do general Geisel.

A Rhodia, que está no Brasil há setenta anos dando empregos para milhares de brasileiros, pagando impostos e contribuindo sempre para a modernização do nosso parque industrial, sabe que o concorrente é forte demais. Porque sabe, para suprema vergonha nossa, que esse tipo de concorrência nunca é honesto.

Perseguir a Rhodia, aliás, parece ser uma das atividades prediletas do CDI. Em 1982, a empresa decidiu produzir no Brasil 4 mil toneladas/ano de ácido acetil-salicílico, usado para fundição e como base dos comprimidos de aspirina, com um investimento de US\$ 15 milhões. Em setembro de 1985 o CDI tentou proibir a Rhodia de fabricar esse produto, ao mesmo tempo em que autorizava a Carbonato do Nordeste a produzi-lo. Foi necessária a intervenção do ministro José Hugo Castelo Branco para que houvesse um acordo. A Carbonato do Nordeste terá exclusividade de venda no Brasil e a Rhodia só poderá exportar a sua produção.

Outra prova de que o que o presidente Sarney diz não é para ser escrito é o que está acontecendo com a empresa Tecnologia Nacional de Ponta (Tempo). Há quase dois anos esta empresa, formada majoritariamente por três mil funcionários da Olivetti (50% do controle acionário) e com 70% de capital nacional — portanto rigorosamente dentro do que determina a lei —, vinha tentando conseguir autorização da Secretaria Especial de Informática para produzir no Brasil máquinas copiadoras e computadores. Só esta semana o Ministério da Ciência e Tecnologia, baseado num parecer supostamente jurídico da SEI, encaminhou ao Palácio do Planalto o processo da SEI, encaminhando ao Palácio do Planalto a sua opinião, naturalmente contrária às pretensões da Tempo. A alegação é a de sempre: o projeto contraria a lei de informática, o que se formou foi uma joint venture que permitiria à Olivetti produzir aqui o que ela está legalmente proibida de produzir. Mesmo que não se tratasse de uma deslavada mentira — o projeto Tempo se enquadra rigorosamente na lei —, em que sua aprovação pode prejudicar o Brasil?

Os empregos estão aqui, a tecnologia será usada por brasileiros, o mercado é que deveria decidir se deseja os produtos da Tempo.

Além do mais, nesse caso específico, a SEI está prejudicando diretamente três mil trabalhadores brasileiros que adquiriram o status de empresários e participariam dos lucros da empresa. O próprio Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, onde seria instalada a empresa, defende a liberação do projeto. Como acusa a assistente social Rosângela Lutti, membro da comissão de empregados da Tempo, o que está prevalecendo, porém, é o privilégio de empresas nacionais que querem manter o seu "cartório", sem concorrência. Os verdadeiros interesses de uma sociedade que ameaça conflamar-se por causa de sua progressiva pauperização, esses...

Até aqui, nós sempre atribuímos o comportamento absolutamente irracional — porque evidentemente prejudicial aos interesses prioritários deste país corroido pela miséria — de homens como os da SEI ou do CDI àquilo que Eça de Queiroz definia como estupidez córnea.

Nesta semana, lendo na revista francesa Express uma declaração do ministro da Defesa do governo Mitterrand, o socialista Jean Pierre Chevenement, sobre o nacionalismo que ele também já defendeu

quando era mais jovem, mais imaturo e menos esclarecido, aprendemos que é pior do que estupidez: é doença. Eis o que diz Chevenement: "Gerações francesas têm sido educadas dentro de certa idéia da França. Eu participo da herança dessa tradição simbolizada em nossa história por homens como Michelet, Clemenceau, Mendes France, de Gaulle e, também, François Mitterrand. Mas sem ambigüidade: a França não é ela mesma seu próprio fim. Ela está a serviço de uma idéia maior do que ela. Não confundamos o patriotismo republicano, herdeiro dos direitos do homem e do cidadão, com o nacionalismo nascido no fim do século XIX, sinônimo de frivolidade e de xenofobia. O patriotismo está para o nacionalismo assim como a saúde está para a doença".

Nós grifamos o que gostaríamos que os "nossos doentes" entendessem. Mas sem qualquer ilusão.